

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.733 - AL  
(2019/0110778-8)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : ALEXSANDRO DE ARAÚJO BARROS**  
**ADVOGADOS : SÉRGIO LUDMER - AL008910A**  
**MARCOS HENRIQUE FEITOSA MACIEL - AL009528**  
**LUCAS HOLANDA CARVALHO GALVÃO - AL015195**  
**DELANE MAURICIO DE ARAUJO RAMIRES LIMA -**  
**AL009168**  
**AGRAVADO : ESTADO DE ALAGOAS**  
**PROCURADOR : WALTER CAMPOS DE OLIVEIRA - AL007724B**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno fundado no CPC/2015 manejado por **Alexsandro de Araújo Barros** em face de decisão monocrática da Presidência, que não conheceu do recurso especial, em virtude de sua intempestividade.

No agravo interno, o recorrente defende a tempestividade do recurso, argumentando que não houve expediente forense em razão de feriado, devidamente comprovado através de documento acostado aos autos. Aduz a possibilidade de comprovação do feriado em momento posterior à interposição do recurso especial, conforme entendimento desta Corte Superior.

Sustenta, ainda, a necessidade de sobrestamento do feito até a conclusão do julgamento do REsp nº 1.813.684/SP pela Corte Especial do STJ.

As razões do recurso não foram impugnadas.

É o relatório.

Como narrado, a Presidência desta Corte considerou intempestivo o recurso especial da parte agravante, ressaltando o dever da parte em demonstrar, de logo, a ocorrência de feriado local, conforme determina o § 6º, do art. 1.003 do CPC/2015.

A Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do **REsp 1.813.684/SP**, reafirmou a compreensão de que o feriado local deve ser comprovado no ato da interposição do recurso, nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Não obstante, foi realizada a modulação dos efeitos desta decisão, para permitir aos recursos interpostos anteriormente à publicação do acórdão a abertura de prazo para a demonstração da ocorrência da suspensão de prazos em virtude de feriado local.

Assim, tendo em vista que as razões de agravo interno trazem documentos capazes de demonstrar que não houve expediente forense no Tribunal de Origem no dia 20/11/2017, o recurso deve ser considerado tempestivo.

**ANTE O EXPOSTO**, melhor compulsando os autos, exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 1.021, § 2º, do CPC e 259, § 3º, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova análise do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator